

CONCLUSÃO GERAL

As populações mais vulneráveis são aquelas que são mais expostas à crise atual e dentre elas aquelas que vêm da imigração. A situação corre o risco então de se agravar para os imigrantes com a crise: de início, a discriminação econômica (preferência nacional confessada em certas atividades; preferências não confessadas quando da contratação contra imigrantes e seus descendentes; superexploração com uma precariedade acentuada para as populações que migraram sem documentos), regras crescentemente estritas para o reagrupamento familiar e o estatuto de refugiado político, expulsões mais numerosas, preferência pela imigração dita seletiva (nem sempre coerente). Em seguida, e infelizmente, as tentações de xenofobia alimentadas por discursos de ódio e o aumento das discriminações a caráter abertamente racistas e religiosas poderiam se propagar com o agravamento da crise.

Estas medidas restritivas se inscrevem em políticas a “curta visão”. O mundo industrializado terá crescentemente necessidade a médio e longo prazo da vinda de numerosos imigrantes e não apenas dos mais diplomados. Numerosos países conhecem uma redução relativa do número de trabalhadores ativos em relação aos inativos. Ela deverá se acentuar no futuro. Sabe-se que daqui a algumas décadas a chegada de imigrantes, mesmo favorecida por novas leis, por uma acolhida mais calorosa, por práticas menos discriminantes, não será suficiente para conter o declínio demográfico (todas as coisas permanecendo iguais). Assim, as políticas atuais de restrição parecem obedecer a considerações imediatas, cujo caráter populista (no pior sentido do termo) é difícil de esconder e reveste, diante deste futuro próximo, um caráter absolutamente irresponsável e até mesmo surrealista.

As humilhações, as discriminações que sofrem os imigrantes vêm frequentemente da rejeição do outro, mas também muitas vezes da vulnerabilidade destas populações. Desta forma é muito difícil

separar o produto do racismo, muitas vezes inconfessável, mas oh! quão praticado, do receio de outras culturas e até de outros valores, que vêm alterar a base do que nós pensamos serem nossos valores comuns, esquecendo ao fazê-lo que eles se enriqueceram pelo contato com outras culturas, e enfim da situação vulnerável dos imigrantes que se acreditam desprovidos de direitos, ou conhecendo-os insuficientemente, tornam-se presas fáceis de predadores e de alguns empresários que não hesitam em superexplorá-los, confiantes na própria impunidade.

Uma parte importante da população imigrada não se sente inscrita em um processo de inclusão e ressentida por vezes violentamente a rejeição de que é objeto. Não se reconhecendo na sociedade e suas instituições, uma fração dela procura um conjunto de códigos e de valores para criar regras de solidariedade sem as quais uma sociedade não pode funcionar. Ela procura então construir uma sociedade dentro da sociedade, o que decerto não alimenta a coesão social e pode ser gerador de violência. Outra parte, desencorajada por não poder encontrar trabalho correspondente a suas qualificações duramente adquiridas, retoma o caminho de seus países e migra para outros paraísos supostamente melhores. O Canadá e em particular a província de Quebec, os Estados Unidos, os países do Oriente Médio, etc. acolhem esta segunda vaga. Segundo uma pesquisa do Conselho Representativo das Associações Negras (CRAN)⁴⁶, 45% das “minorias visíveis” têm o sentimento de que as discriminações estagnam nestes cinco últimos anos na França, 34% pensam que elas avançam e 21% somente que elas regridem. São sinais inquietantes. Para responder aos riscos de desagregação da coesão social, o diálogo intercultural é mais que nunca necessário. Estabelecido sobre bases de respeito do outro, de troca e de participação, acompanhado de políticas culturais,

⁴⁶ Ver o suplemento do Jornal Le Monde, de 27 de junho de 2009, intitulado *Blacks, beurs e diplomas*, os novos expatriados, pesquisa sobre estes jovens franceses que encontram no estrangeiro as oportunidades de carreira que a França não sabe lhes oferecer.

econômicas e sociais tornando possível um acesso igual aos direitos de todos quaisquer que sejam a sua origem, este diálogo deveria permitir contraditar estas evoluções. O diálogo intercultural, por mais necessário que seja não pode, portanto achar sua eficácia senão se acompanhado de um esforço sustentado em matéria de política social visando a menos desigualdades e destinado aos imigrantes e aos não imigrantes na carência. O diálogo intercultural é então necessário, mas não suficiente.

“Tomar o céu de assalto”, dizia Gramsci evocando as lutas e as esperanças dos insurretos da Comuna de Paris. Esta bela formulação poderia ser utilizada pelos imigrantes e seus descendentes. Tornar possível o impossível tal é o alvo do diálogo intercultural. O caminho é mais ou menos escarpado segundo cada país. Todos eles são infectados pelo vírus das discriminações. A rejeição do outro e a superexploração do mais vulnerável fazem parte de nosso cotidiano. Mas todos não conhecem com a mesma intensidade estas práticas discriminantes. É dizer o quanto políticas públicas afirmativas, a busca de um diálogo intercultural e de uma identidade plural, podem ser eficazes.

O passado recente imprime nosso futuro. A miscigenação de populações ao curso das gerações passadas foi importante e intensa ao ponto que é frequentemente difícil de saber até aonde vão às raízes de nossos antepassados. O passado é assim feito desta diversidade vinda destas múltiplas migrações. É o caso de nosso presente. É também e, sobretudo o caso de nosso futuro. O mundo que nós deixarmos a nossos filhos deve ser o mundo da diversidade aceita, assumida. Esta diversidade aceita e assumida, o reconhecimento e o respeito do outro são necessários não somente para construir o mundo de amanhã, mas também de imediato para lutar contra as discriminações sofridas pelos imigrantes e seus filhos.